

O Secularismo Cristofóbico como forma de intolerância religiosa (parte 3)

2. A gênese do sentimento anticristão no Brasil

POR JERONYMO PEDRO VILLAS BOAS

O primeiro partido comunista viria a ser fundado no Brasil em 1922, com ideologia marxista e organização inspirada na doutrina partidária de Lenin, adotando o nome de Partido Comunista – Seção Brasileira da Internacional Comunista (PC-SBIC), organização partidária alinhada com as doutrinas de menoscabo da Religião, vista como um “ópio” ou instrumento de alienação. Com essa base ideológica, protagonizou ostensivamente políticas antirreligiosas, que provocariam a reação católica contra o comunismo.

[...] Uma das instituições que mais se dedicaram ao combate ao comunismo no Brasil foi a Igreja Católica. O anticomunismo católico no Brasil se organizava a partir da infra-estrutura já existente na Igreja e se beneficiava das boas relações que a hierarquia mantinha com governos e grupos dominantes. Era veiculado através de pronunciamentos de autoridades católicas em jornais, alocações radiofônicas, solenidades de inauguração, missas especiais. Recheava as páginas de jornais católicos e permeava o conteúdo de programas de rádio; era difundido nas escolas, nos grupos da Ação Católica, nos seminários onde se formavam os novos padres. Circulava na forma de livros, revistas, cartazes, panfletos e santinhos, impressos nas gráficas e editoras católicas. Foi, muitas vezes, canalizado através do trabalho de entidades como a Liga Eleitoral Católica (LEC), os Círculos Operários (COs) e as Frentes Agrárias. Transformou-se em tema de sermões dominicais nas pequenas e grandes paróquias espalhadas pelo País, pregação que permanece na memória de muitos católicos até hoje. Incentivou multidões a irem às ruas para rezar o terço, pedindo proteção a Deus contra a ameaça do comunismo. (RODEGHERO, 2002, p. 466)

Essa polaridade acabou por se refletir em todo o cristianismo brasileiro, tornando as religiões cristãs depositárias, de um modo geral, da resistência ao comunismo, culminando essa reação cívica em mudanças estruturais nos diversos setores das organizações políticas e religiosas. Ademais, alguns traços sociais notados na maioria dos brasileiros, como a defesa das liberdades públicas e da iniciativa privada, a valorização da religião e preferência pelo capitalismo, recrudesceram o discurso anticomunista no Brasil, principalmente a partir do final da 2ª Guerra Mundial, em decorrência da aliança militar com os EUA e o surgimento da “guerra fria”.

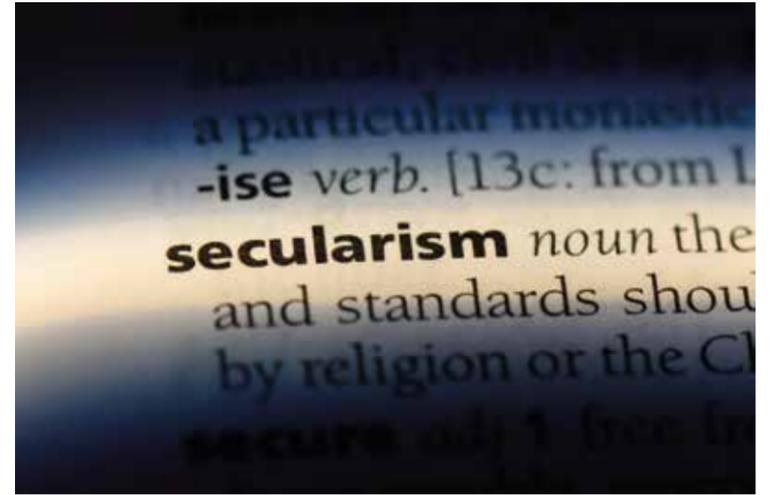
[...] Uma das instituições que mais se dedicaram ao combate ao comunismo no Brasil foi a Igreja Católica. O anticomunismo católico no Brasil se organizava a partir da infra-estrutura já existente na Igreja e se beneficiava das boas relações que a hierarquia mantinha com governos e grupos dominantes. Era veiculado através de pronunciamentos de autoridades católicas em jornais, alocações radiofônicas, solenidades de inauguração, missas especiais. Recheava as páginas dos jornais católicos e permeava o conteúdo de programas de rádio; era difundido nas escolas, nos grupos da Ação Católica, nos seminários onde se formavam os novos padres. Circulava na forma de livros, revistas, cartazes, panfletos e santinhos, impressos nas gráficas e editoras católicas. Foi, muitas vezes, canalizado através do trabalho de entidades como a Liga Eleitoral Católica (LEC), os Círculos Operários (COs) e as Frentes Agrárias. Transformou-se em tema de sermões dominicais nas pequenas e grandes paróquias espalhadas pelo País, pregação que permanece na memória de muitos católicos até hoje. Incentivou multidões a irem às ruas para rezar o terço, pedindo proteção de Deus contra a ameaça do comunismo. (RODEGHERO, 2002, p. 466).

Com o irrompimento do movimento militar que tomou o poder em 1964 e a aproximação dos ideais conservadores em defesa da família e da propriedade, tornando mais uma vez clandestinos os partidos de ideologia comunista ou socialista e cassando direitos políticos de diversos representantes desses setores, a distensão entre a esquerda e grande parte das Igrejas cristãs se tornou evidente. A esquerda vislumbrava, no cristianismo, um forte aliado do governo militar, agravando ainda mais a sua postura antirreligiosa, embora encontrasse acolhimento de alguns religiosos considerados progressistas.

Com isso, aquele sentimentalismo liberal e maçom de contrariedade com o clero católico assumiu, no pensamento político de esquerda, o foro de sentimento antirreligioso, mesclando o inconformismo social com as doutrinas marxistas, fomentados,

principalmente, contra os cristãos brasileiros tidos como alinhados ao regime que consideravam opressor.

Com a retomada dos governos civis, após a anistia política promovida pelo Governo do General Figueiredo, restabeleceu-se o sistema eleitoral pluripartidário, voltando os partidos de esquerda, antes banidos, a terem permitida a sua participação eleitoral. Nesse período de retomada da legalidade das agremiações socialistas e comunistas, a aversão religiosa de setores da esquerda se tornou ainda mais aguçada contra os protestantes e o clero conservador, inaugurando, a partir de seus núcleos partidários, pautas antirreligiosas na busca de implementação do Estado laicista, que gradualmente excluiria as religiões do espaço público.



principalmente, contra os cristãos brasileiros tidos como alinhados ao regime que consideravam opressor.

Com a retomada dos governos civis, após a anistia política promovida pelo Governo do General Figueiredo, restabeleceu-se o sistema eleitoral pluripartidário, voltando os partidos de esquerda, antes banidos, a terem permitida a sua participação eleitoral. Nesse período de retomada da legalidade das agremiações socialistas e comunistas, a aversão religiosa de setores da esquerda se tornou ainda mais aguçada contra os protestantes e o clero conservador, inaugurando, a partir de seus núcleos partidários, pautas antirreligiosas na busca de implementação do Estado laicista, que gradualmente excluiria as religiões do espaço público.

Todavia, com o passar dos anos, em particular os socialistas e comunistas camuflaram essa posição flagrantemente antirreligiosa, introduzindo, em seus programas partidários, temas que dissimulam tal sentimento, advindo da origem materialista desses movimentos políticos,

a exemplo do que fez o PCdoB ao inscrever, em seu estatuto, “o combate à intolerância religiosa” como bandeira de defesa da pluralidade religiosa. Todavia, os parlamentares de esquerda não se furtaram, na Constituinte de 1987/1988, de proporem a exclusão do nome de Deus do preâmbulo da Constituição, sob o argumento de se tratar o Brasil de uma República laica.

Como se pode vislumbrar na gênese desse sentimento contrário à religião, no Brasil somam-se fatores históricos relacionados diretamente à disputa do poder político e controle do Estado, por identificarem o cristianismo como fonte de uma compreensão moral e social conservadora, que rivaliza as ideias seculares e laicistas que pretendem afastar a religião do espaço público.

Dr. Pr. Jeronimo Villas Boas é Juiz de Direito, mestre em Direito Constitucional pela Universidade de Lisboa, especialista em Direito Processual Penal pela Universidade Federal de Goiás e Pastor da Assembleia de Deus do Ministério Madureira.

Estamos livres!

POR MISSA ELISETTE GONÇALVES

ma das ênfases doutrinárias de Paulo, quanto a doutrina da justificação é esclarecer que Cristo morreu para que morrêssemos para o pecado. Em Romanos 6 o apóstolo esclarece que estamos unidos a Cristo em sua morte e ressurreição. Na crucificação de Cristo o ve-

lho Adão foi destruído e não há mais domínio do pecado sobre os salvos, sendo assim, podendo dizer "Não" ao pecado. Apesar da "presença" do pecado, não há o domínio. Estamos livres. Paulo diz a igreja de Roma que eles precisavam saber desta verdade, considerar e diante disto se consagrar a Deus, oferecendo-se a Ele e não a iniquidade. Antes da cruz, vivíamos sem opção, pois éramos trevas,

iníquos, dominados pelo pecado. Depois da cruz, completamente livres da culpa, da pena e do domínio do pecado. A justificação leva a santificação. Um salvo tem a consciência que deve se considerar morto para o pecado todos os dias. Não há mais condenação em Cristo, porque Ele nos livrou do pecado e nos faz viver em santificação, porque não estamos mais em Adão, mas Nele. Ele é

quem nos guia, por intermédio da habitação do Espírito, sendo assim viveremos para sua vontade e semelhante à Ele. Se existem pessoas em denominações se deleitando em pecados sem transformação, isto significa a não conversão genuína. A ênfase da cruz é a nossa morte para o pecado. Cristo morreu para que nós morrêssemos para o pecado e ressuscitássemos a Deus. ☩



Missionária Elisete Gonçalves - Bacharel e Mestrado em Teologia e Pedagogia